Edição Nº 001/2020

Foco no Planalto

Notas sobre a semana de 6 a 10 de janeiro, em Brasília.

FUNDO ELEITORAL E REFORMA ADMINISTRATIVA.

Em meio ao recesso parlamentar, o presidente Jair Bolsonaro segue avaliando a possibilidade de veto ao aumento do fundo eleitoral. Apesar do aumento de R$ 1,7 bilhão para R$ 2 bilhões ter sido proposto pelo próprio Poder Executivo, o presidente tem criticado o aumento aprovado pelos parlamentares em diversas manifestações públicas.

A questão reascende a possibilidade de crise com o Congresso Nacional. Caso opte por vetar a proposta, Bolsonaro colocará sobre os parlamentares todo o ônus político do aumento dos gastos públicos com as eleições – o que soa bem ao eleitorado. Contudo, isso desagradará os próprios congressistas e líderes partidários, em um movimento que pode dificultar o avanço das pautas prioritárias do Governo neste ano. Bolsonaro também tem manifestado receio em vetar a proposta e incorrer em crime de responsabilidade.

Entre os itens que tem sido mais citado por Bolsonaro neste início de ano está o envio da Reforma Administrativa. A proposta é polêmica, por contar com a resistência do funcionalismo público, que tem um forte poder de influência em Brasília e capacidade de mobilização para dificultar o dia a dia da administração pública federal. A proposta deve ser encaminhada em fevereiro, sem alterar a estabilidade de servidores atuais, apenas dos futuros empossados.

Poder Executivo

Presidência da República	**Agenda do Presidente – Jair Bolsonaro** se reuniu, durante esta segunda, com a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, com o secretário especial da Cultura do Ministério do Turismo, Roberto Alvim e com o ministro da Educação, Abraham Weintraub.
Casa Civil	**Agenda do ministro** – **Onyx Lorenzoni** se reuniu com o secretário executivo da Casa Civil, José Vicente Santini e com a secretaria especial do Programa de Parcerias de Investimentos, Martha Seillier.
ME Ministério da Economia	**Agenda do ministro** – **Paulo Guedes** está em período de férias. **Agenda Internacional** ✓ Paris (França) – Reunião com o Diretor de Assuntos Financeiros e Empresariais da OCDE. **Balança Comercial** – Os economistas do mercado financeiro alteraram a projeção para a balança comercial em 2020 na pesquisa Focus realizada pelo Banco Central, de superávit comercial de US$ 39,40 bilhões para US$ 38,20 bilhões. Um mês atrás, a previsão era de US$ 38,95 bilhões. Para 2021, a estimativa de superávit foi de US$ 39,35 bilhões para US$ 35,60 bilhões. Há um mês, estava em US$ 41,00 bilhões.
BACEN Banco Central do Brasil	**Agenda do Presidente** – **Roberto Campos Neto** se reuniu com dirigentes de instituições financeiras e almoçou com o presidente da Tecnisa, Meyer Nigri.

Boletim Focus – A projeção para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) ficou em 1,17%. Para 2020, a estimativa ficou em 2,30% pela 1ª semana. Na última reunião do ano a Selic sofreu um corte de 0,50 p.p fechando 2019 em 4,50%. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) saiu de 4,04% para 4,13%. Para 2020, a previsão para o IPCA ficou em 3,61%. Já a cotação do dólar em 2020, a projeção saiu de R$4, 08 para R$4,09. Para 2021, a projeção do câmbio ficou em R$4,00 e para 2022 saiu de R$4,06 para R$4,05.

BNDES
Banco Nacional do Desenvolvimento

Agenda do Presidente – **Gustavo Montezano** participou de reuniões internas do Banco.

Poder Legislativo

O Congresso Nacional encontra-se em recesso oficial, que se estenderá até o dia 1º de fevereiro 2020.

Política

Governo Bolsonaro enfrenta resistência de políticos nos Estados Unidos. Congressistas norte-americanos têm se articulado contra o governo de Jair Bolsonaro. Reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, publicada no domingo (5), mostra que a maioria dessas manifestações são feitas pela ala mais à esquerda do partido Democrata na Câmara. De acordo com a publicação, desde a véspera da eleição brasileira de 2018, membros da sigla enviaram ao menos cinco cartas a diversas organizações, protocolaram duas resoluções e um projeto de lei que questiona a política ambiental de Bolsonaro. Fonte: Poder 360.

Reforma administrativa deve ser enviada em fevereiro, diz Bolsonaro. O presidente da República, Jair Bolsonaro, disse na segunda-feira, 6, que a proposta de reforma administrativa deve ser encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional em fevereiro. Bolsonaro voltou a afirmar que o projeto não mexerá na estabilidade de servidores atuais, mas pode alterar regras sobre novos funcionários do serviço público. Fonte: Infomoney.

Bolsonaro não decidiu se vai vetar fundo de R$ 2bi e ouve ministro. O presidente Jair Bolsonaro se reuniu nesta sexta-feira (3) com o ministro da Secretaria-Geral, Jorge Oliveira, para avaliar questões técnicas sobre o fundo eleitoral. O ministro acumula o cargo de Subsecretário para Assuntos Jurídicos. Um dos receios de Bolsonaro ao vetar o projeto é cometer crime de responsabilidade. Fonte: Congresso em Foco.

Poder Judiciário

Bolsonaro fará ao menos 3 indicações para o Judiciário em 2020. O presidente Jair Bolsonaro deve fazer neste ano 3 das 14 indicações ao Poder Judiciário previstas para o seu mandato, que termina ao fim de 2022. Por lei, cabe ao chefe do Executivo nomear integrantes para os tribunais superiores e TRFs (tribunais regionais federais), respeitadas as peculiaridades de cada Instância. A legislação também impõe a idade limite de 75 anos para aposentadoria compulsória de juízes e ministros indicados. Alterações, principalmente no STF (Supremo Tribunal Federal), podem representar vitórias do governo em eventuais embates jurídicos envolvendo assuntos de interesse. O presidente, por exemplo, acena para uma postura conservadora na chamada agenda de costumes ao anunciar que o próximo ministro do STF será “terrivelmente evangélico”. Fonte: Poder 360.

Supremo blinda Congresso de medidas de Bolsonaro que atropelam Legislativo. STF (Supremo Tribunal Federal) tem barrado atos do governo Jair Bolsonaro com o entendimento de que, na maioria dos casos, desrespeitam a atribuição do Congresso de legislar sobre diferentes temas, sobretudo os que têm impacto na área social. Nomes da oposição e do meio jurídico veem na atuação do STF um instrumento de contenção de alegados desmandos do

governo. A corte decide nesses casos quando é provocada por agentes externos, como partidos políticos, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e o Ministério Público. Fonte: Folha de S. Paulo.

Último Foco

Empresas que trabalham com Tecnologia aumentam o uso de *software* pirata no Brasil. O uso de *software* pirata em empresas que usam tecnologia para os seus negócios aumentou no Brasil. Dados coletados pela BSA - *The Software Alliance*, defensora global do *software* perante governos e no mercado internacional, em empresas dos segmentos de design, arquitetura e engenharia em todo o País. Mais de três mil máquinas foram vistoriadas judicialmente e foi constatada a existência de mais *software* ilegais do que computadores periciados, com diferentes versões de programas irregulares instalados nas máquinas. Um dos casos mais emblemáticos, pontua a BSA, é o de uma empresa de construção da região sul, na qual foram encontrados 63 programas sem licença em 27 máquinas. Fonte: Convergência Digital.

'Inteligência das coisas' molda produtos dos próximos 10 anos. O mundo mal se adaptou à ideia de dispositivos conectados à internet o tempo todo sob o conceito batizado de internet das coisas, ou simplesmente IoT, e uma nova onda tende a ser o grande tema da próxima década: a inteligência das coisas. A diferença entre os dois conceitos é que, enquanto no primeiro os dispositivos estão conectados à internet, no segundo, eles não só estão conectados, como usam a inteligência artificial para automatizar tarefas e melhorar o funcionamento dos equipamentos. Fonte: Valor Econômico

Prazo para médias empresas migrarem para eSocial é prorrogado. Sistema informatizado de prestação de informações de empresas e trabalhadores, o eSocial será obrigatório para os médios empregadores a partir de setembro deste ano. O prazo foi recentemente alterado pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Cerca de 1,24 milhão de médias empresas, que faturam até R$ 78 milhões por ano, deverão inserir os dados de saúde e de segurança de 21 milhões de trabalhadores na ferramenta até o dia 8 de setembro de 2020. Essa é a última etapa que falta para as médias empresas concluírem a migração para o eSocial, que reduz a burocracia e elimina a manutenção de arquivos em papel. Fonte: Agência Brasil.

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se. O Ministério da Educação (MEC) abriu na sexta-feira (3) nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - o chamado Future-se, proposta do governo que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades e institutos federais. A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020, por e-mail futureseconsulta@mec.gov.br e pela página do programa na internet. Esse fundo contará, inicialmente, com R$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Para participar, as universidades institutos federais têm que manifestar interesse em aderir ao programa. Fonte: Agência Brasil.

Diante de divisão na Anatel sobre 5G, Cade prepara sugestões. Diante da divisão exposta no fim do ano passado entre os conselheiros da Anatel em relação aos critérios técnicos para o leilão do 5G no Brasil, o Cade deve preparar uma contribuição com suas próprias sugestões sobre os modelos que geraram discórdia. A análise feita pela autarquia deve ser enviada à agência reguladora em breve. A falta de consenso no conselho diretor, em dezembro, levou ao adiamento da decisão sobre as diretrizes do leilão da quinta geração. A proposta original na Anatel criava blocos nacionais e um outro que seria repartido entre os pequenos operadores. Ela depois foi modificada retomando padrões de leilões anteriores de blocos de frequência separados por áreas de cobertura. No Cade, a avaliação é que o mais adequado seria conduzir o leilão não apenas como um instrumento de arrecadação para o governo. O ideal seria focar a competitividade do setor, com menores preços para o consumidor. Os sucessivos imbróglios levaram o setor a trabalhar com a possibilidade de leilão do 5G só no próximo ano. Fonte: Folha de S. Paulo.

Desligamento em TV paga, telefonia fixa e móvel levam a encolhimento do setor. O setor de telecomunicações encolheu em quantidade de usuários entre setembro de 2018 e setembro de 2019, conforme os dados mais recentes divulgados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). No relatório "Panorama Setorial de Setembro de 2019", publicado pela agência na última semana, registra-se um encolhimento de 2,8% na base de usuários de serviços de telecomunicações. Os desligamentos foram registrados a em serviços que já sofriam com a saída de usuários há pelo menos três anos, como a telefonia fixa (STFC), a TV paga e o móvel pré-pago. Fonte: Telesíntese.

O home office e a modernização das leis trabalhistas. De acordo com dados da Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividades (Sobratt), o número de pessoas trabalhando na modalidade do teletrabalho, ou por meio do chamado home office, cresceu 22% no período entre 2016 e 2018. Reflexo em parte da Reforma Trabalhista implementada em 2017, vemos aqui os efeitos de uma das mudanças mais tidas como modernizadoras na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) vistas no período recente. Tal modalidade já vinha ocorrendo na prática e foi regulamentada

e prevista na legislação. A lei mudou para acompanhar o que já vem sendo observado no mundo todo e cabe agora a trabalhadores e empresas se adaptarem. Fonte: O Estado de S. Paulo

Agência diz que metas de 4G no PGMU IV são inviáveis e pede orientação ao MCTIC. A Anatel não sabe o que fazer para implementar as metas de cobertura de 4G previstas no Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU IV), que passou a vigorar em 2019, quando as concessionárias de telefonia fixa (STFC) deveriam atender 10% de um total de 1,47 mil localidades sem 4G com pelo menos uma ERB LTE e capacidade industrial de conectividade (fibra ou rádio de alta capacidade). Em reunião realizada por circuito deliberativo no dia 20 de dezembro, o colegiado da agência aprovou acórdão em que solicita ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) mais informações acerca do cumprimento da política, considerando que a Anatel encontrou obstáculos econômicos, legais e regulatórios para implementar as obrigações previstas. Fonte: Teletime.

MCTIC propõe menos burocracia e mais fiscalização para debêntures incentivadas. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações vai atualizar a regulamentação do programa de debêntures incentivadas – com Imposto de Renda menor. A minuta da portaria com os procedimentos de aprovação e acompanhamento dos projetos de investimento prioritários no setor está em consulta pública até o dia 7 de fevereiro. Fonte: Telesíntese.